

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



8 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
9 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR – 8 e 9/11/2012**
10 **Nº 010/2012**

11
12 Aos nove dias do mês de novembro do ano de 2012, às 8h30 em primeira convocação, no Auditório do 7º
13 andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, sito à Rua Jacy Loureiro de
14 Campos, s/n – Palácio das Araucárias, manifestou-se a **Conselheira Presidente Ana Maria Macedo**,
15 objetivando a verificação de quórum qualificado para dar início à **Assembleia Ordinária do CEAS/PR**. As
16 atividades iniciais de cada Assembleia são realizadas no dia anterior, através dos trabalhos desenvolvidos
17 pelas Câmaras Setoriais. Essas discussões são condensadas em relatórios, a serem apresentados na plenária
18 geral, sendo possíveis de votação. A segunda convocação foi formalizada às 9h00, contando com a presença
19 dos • **Conselheiros da Sociedade Civil:** Aparecida Fernandes de Oliveira (**APAE**), Flávia Leite da Silva
20 Souza (**Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região**), Inês Roseli Soares Tonello (**APAE**),
21 Plínio Marcondes Madureira (**APAE**), Maria Auxiliadora Marçal de Lima (**PAIF/CRAS**), Ataíse de Lima Volas
22 Boas Maronese (**NUCRESS**), Gislaine Aparecida da Silva (**CRESS 11ª Região**), Adriana Cristina de Lima
23 (**CRESS 11ª Região**), Artur dos Santos Andrade (**NASA**). • **Conselheiros Governamentais:** Moises
24 Moura Saura (**PGE**), Delvana Oliveira (**SEED**), Evandra Suzane Bazzo (**SEPL**), Marli Aparecida Batista Vaz
25 Mussolini (**SETS**), Mara Cristina Ferreira (**SEDS**), Marcela Evangelista (**SEDS**), Gladys Tortatto (**SEDS**),
26 Mariluz Zanin Petry (**SEDS**), Cidete Maria Chiapetti Casaril (**SESA**). •
27 **Convidados/Colaboradores/Ouvintes:** Mauro Augusto M. Vasco (**SEDS; NJA**), Tatiani Macarini (**SEDS;**
28 **CPSB**), Daniella S. Silva (**SEDS; Gestão do SUAS**), Adriana Santos Oliveira (**SEDS**), e Maria Isabel
29 (**Representante do Ministério Público**). • **Apreciação da pauta;** - A sequência da reunião foi lida pela
30 Presidente, sendo aceitas inserções julgadas necessárias: a primeira delas foi sugerida pela **Secretária**
31 **Executiva Helena** 1) Capacitação dos Centros de Juventude. 2) Como segundo ponto, inseriu-se o relato da
32 reunião ampliada do CNAS, da qual a **Conselheira Ataíse** participou. 3) Relato da **Coordenadora Mara**
33 **Ferreira** (Capacitação – Trabalho Infantil). • **Apreciação da Ata – APROVADA.** A pedido da **Presidente**
34 **Ana Maria**, foi registrado o fato de que quatro (04) Conselheiros deixaram de aprovar a ata apresentada,
35 tendo em vista encontrarem-se **ausentes** da última Assembleia Ordinária realizada em outubro. São eles:
36 Conselheiros Vanderley Augusto da Silva, Flávia Leite, Maria Auxiliadora, Cidete Maria (Suplente – SESA). •
37 **Informes da Secretaria Executiva – Helena Navarro Gimenez:-** • 10/10/12 – Ofício nº 311/2012
38 Município de Pérola Solicitando ao CEAS resposta referente ao recurso da deliberação 035/2012. • 11/10/12 –
39 Ofício nº 059/2012 CNAS/MDS – Reunião descentralizada do CNAS em Vitória – ES. • 24/10/12 – Plano de
40 Providências – Metas de Desenvolvimento CRAS-PSB. • 30/10/12 – Ofício Circular nº 49/2012 MDS/SNAS –
41 Demonstrativo de pagamento do Fundo Estadual de Assistência Social. • 30/10/12 – Ofício Circular nº
42 50/2012 MDS/SNAS – Demonstrativo de pagamento do Fundo Estadual de Assistência Social. • 30/10/12 –
43 Ofício Circular nº 52/2012 MDS/SNAS – Demonstrativo de pagamento do Fundo Estadual de Assistência
44 Social. • 30/10/12 – Ofício Circular nº 53/2012 MDS/SNAS – Demonstrativo de pagamento do Fundo Estadual

45 de Assistência Social. • 01/11/12 Ofício nº 206/2012 – Resposta do Conselho de Saúde sobre o Ofício 107 do
46 CEAS/PR. • 05/11/12 – Ofício nº 090/2012 – CMAS de São José dos Pinhais, solicitando orientações sobre
47 inscrição de entidades. • 06/11/12 – Caderno IGD-M. • 06/11/12 – Ofício nº 210/2012 – Ratificação do
48 Ofício nº 206/2012 Conselho Estadual de Saúde informando da impossibilidade de um representante se fazer
49 presente na reunião da Comissão. • No dia 22/10 a Fundação Nosso Lar, em nome do Fórum DCA,
50 encaminha exemplares do livro "Participação e Controle Social". Este livro é resultado do projeto de
51 qualificação da Sociedade Civil Organizada, desenvolvido em 2011 com o apoio do FIA. • No dia 01/11 a
52 Conselheira Suplente da SEJU, Dulce, encaminhou justificativa de ausência na reunião de novembro, por
53 motivo de férias. • A Conselheira Larissa da SEDS encaminhou a sua justificativa de ausência e de sua
54 suplente, considerando que as duas estarão participando da reunião ampliada e descentralizada no Conselho
55 Nacional de Assistência Social, o qual realizou-se em Vitória – ES, nos dias 06, 07 e 08 de novembro. • No
56 dia 08/11 a Conselheira Delvana encaminhou justificativa de ausência na reunião da Comissão de Políticas
57 Sociais, tendo em vista a sua participação na videoconferência organizada pela SESA. • A Conselheira titular
58 Almari da COHAPAR justificou ausência na reunião ordinária do CEAS e informa que sua suplente estará
59 presente na plenária. • Informada a ausência da Conselheira Ataíse na reunião das Comissões, pois a mesma
60 estava presente na Reunião Ampliada do CNAS, representando o CEAS/PR • **Relatórios das Comissões –**
61 **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização – Relatora – Conselheira Daiana.**
62 **RELATÓRIO: Item 2.1 – Plano Estadual de Capacitação:** A equipe da SEDS apresentou o balanço das
63 participações no curso de controle social solicitada na reunião ordinária do CEAS de outubro. O documento
64 com a avaliação integral do curso de controle social, incluindo todas as regionais, foi apresentado e será
65 disponibilizado para todos os Conselheiros via e-mail. A Comissão entendeu que é necessário a apresentação
66 de alguns pontos ao Conselho: representação da participação dos ER's no curso controle social; avaliação
67 sobre carga horária; avaliação sobre os recursos locais e estrutura; avaliação sobre os professores e balanço
68 da participação. Parecer da Comissão: ciente. Solicita a Secretaria Executiva o envio via e-mail da avaliação
69 do curso de controle social a todos os Conselheiros. Parecer do CEAS: Acompanha o parecer da Comissão.
70 Obs.: consultar a plenária sobre a necessidade de apresentação do CAPACITA SUAS tendo em vista que a
71 Secretaria Executiva encaminhou os documentos via e-mail. **Item 2.2 - Ofício nº 101 do Escritório**
72 **Regional de Ponta Grossa sobre o Município de Ortigueira.** O ofício é resposta a solicitação do CEAS
73 para que o Escritório Regional de Ponta Grossa verificasse o funcionamento do CMAS e a composição de
74 recursos humanos da Secretaria de Assistência Social de Ortigueira. O E.R de Ponta Grossa relatou que a
75 equipe mínima não está composta. No que se refere ao CMAS informou que a eleição aconteceu na
76 Conferência Municipal mas não houve registro através de ata e enviou em anexo a publicação em diário oficial
77 da composição do mesmo. O E.R informa ainda que vem realizando sistematicamente assessorias e
78 orientações ao município. Parecer da Comissão: devido á ausência dos documentos solicitados e inadequação
79 no funcionamento do CMAS e composição do RH encaminhar a CIB a solicitação das providências cabíveis
80 junto ao município de Ortigueira. Parecer do CEAS: Aprovado o encaminhamento da Comissão. Os
81 Conselheiros apreciaram atentamente a explanação da técnica **Rosely Lemos Schinermann** (CGS/SEDS),
82 abordando os resultados obtidos com o **Curso de Controle Social** realizado através das 23 Regionais.
83 Alguns pontos serão melhor avaliados (ausências, local, carga horária etc), após a remessa do balanço geral,
84 a ser disponibilizado para todos os Conselheiros. Foi esclarecido que muitos interessados se inscreveram e
85 não compareceram e outros foram inscritos de última hora, o que resultou num total de ausências em torno

86 de 15,54%. • **Investimento total:** R\$ 383.496,00 aquém do valor citado – **valor gasto por participante:**
87 - em torno de R\$ 221,03. Houve um aparte da **Conselheira Mariluz Petry** (SEDS – Escritório Regional de
88 Francisco Beltrão), demonstrando a sua satisfação em retornar ao CEAS, após dois meses de ausência.
89 Desejou registrar a experiência exitosa que foi o Curso de Controle Social na sua região, um momento ímpar
90 para os Conselheiros Municipais. Esses foram conscientizados sobre a importância do seu papel nos
91 Municípios, relatando depoimentos emocionados sobre o conhecimento adquirido. Sem dúvida, segundo a
92 Conselheira, foi um recurso muito bem investido cujo retorno em breve se fará presente nos municípios
93 daquela região. A **técnica Roseli**, ressaltou que a SEDS aguarda o encaminhamento por parte do MDS, dos
94 documentos para dar andamento ao Plano de Trabalho do CapacitaSUAS. Foi encaminhado um ofício assinado
95 pela Secretária Fernanda Richa, porém outros Estados também fizeram sua reivindicação através do Conselho
96 Estadual, dirigida para o CNAS. Sugeriu então que o CEAS/PR também tomasse essa providência. Após
97 algumas discussões, a **Conselheira Marli Mussulini (SETS)** avaliou já existir uma preocupação na sua
98 Comissão, referente às novas gestões municipais que em breve serão iniciadas. Os Prefeitos deverão ser
99 muito bem esclarecidos sobre as Políticas Sociais que poderão chegar aos seus Municípios. Avaliando a
100 sugestão, a **Presidente Ana Maria Macedo** demonstrou que o Estado não poderá interferir na
101 administração municipal. Um encaminhamento deverá ser direcionado para a CIB, para que definam as
102 providências cabíveis, já que existem exigências para os Municípios. As normas deverão ser observadas para
103 que não sofram as penalidades. Finalizou reforçando que o Governo não pode interferir na autonomia de um
104 ente federativo. A Presidente mostrou satisfação em informar que a Secretária da Família, Fernanda Richa,
105 tem recebido um grande número de Prefeitos que mostraram o desejo de trabalharem juntos, independente
106 de siglas partidárias. Todas as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias da SEDS foram listadas e publicadas
107 na revista da Associação dos Municípios. Considerando o que foi dito, a **Coordenadora Mara Ferreira**
108 **(PSE)** acrescentou que a SEDS já está se organizando, para que no início do ano seja realizada uma reunião
109 de planejamento com os gestores da Assistência Social. Ao mesmo tempo, os Escritórios Regionais estarão na
110 linha de frente para desenvolver o seu papel. • **Aprovado como um todo o Relatório da Comissão de**
111 **Comunicação, Articulação e Mobilização. • Comissão de Financiamento e Gerenciamento do**
112 **Fundo** – Relatora:- Conselheira Marcela Evangelista. RELATÓRIO: **1.1– Relato da Comissão de**
113 **Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** Não houve reunião neste mês e está
114 agendada uma reunião para o dia 20 de novembro as 14:00h. Foram realizadas duas reuniões estratégicas
115 com a SESA e o Ministério Público sobre o assunto. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS:
116 CIENTE. **1.2– Serviços de Acolhimento Institucional:** Lar Pequeno Aconchego: vigência até junho. O
117 processo de licitação foi deserto, a entidade não participou do certame. A entidade enviou uma
118 correspondência comunicando que vão encerrar as atividades com os 86 acolhidos na entidade. Atualmente é
119 pago em média R\$ 65,00/dia por acolhido, e a entidade solicitou um reajuste de praticamente o dobro do
120 valor pago. Proposta: a) contratar emergencialmente a Associação João Ceconello em Campina Grande do
121 Sul, que tem experiência em acolhimento e terapêutica, mantendo o valor de R\$ 65,00/dia. Consultando o
122 jurídico sobre a possibilidade de contratar por 90 dias, prorrogáveis por mais 90, num total de 180 dias. b)
123 edital de chamamento no 1º semestre de 2013. PARECER DA COMISSÃO: APROVADA. A Coordenação da PSE
124 fará uma explanação na Plenária. PARECER CEAS: APROVADO. **1.3 – Ofícios Circulares nº 049, 050, 052,**
125 **053/2012 do FNAS:** A Comissão tomou conhecimento da transferência de recursos ao FEAS nos valores de
126 R\$ 63.708,66; R\$ 70.160,17; R\$ 34.470,75 e 103.824,08 respectivamente. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.

127 PARECER CEAS: CIENTE. **1.4 –Balancete do FEAS – Outubro/2012.** Deverá ser objeto de apreciação na
128 Assembleia, tendo em vista que não foi possível concluir em tempo da reunião da Comissão. PARECER DA
129 COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: Com relação ao recurso da Fonte 257 – Detran (placas personalizadas)
130 a Plenária decide por solicitar a ASCOM da SEDS um projeto de divulgação da arrecadação desse recurso
131 direcionado ao FEAS e sua aplicação. Para a próxima reunião, a ASCOM será convidada para participar da
132 reunião da Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo para discutir essa campanha de
133 divulgação. **1.5 – Plano de Aplicação para utilização de recursos do IGD-SUAS.** Valor R\$ 546.627,24
134 – proposta para utilização no pagamento de diárias, passagens, aquisição de veículos e equipamentos. Numa
135 breve definição, a **Coordenadora e Conselheira Mara Ferreira** expôs que neste ano, algumas
136 intervenções ocorreram nos serviços de acolhimento institucional, com adequações mínimas no atendimento
137 de quem realiza esses serviços. Esclareceu: a instituição que hoje realiza esses trabalhos, solicitou quase o
138 dobro do valor pago, sob pena de serem encerradas as atividades com os 86 acolhidos. As propostas para as
139 medidas emergenciais estão constantes do relatório da Comissão de Financiamento, para apreciação dos
140 Conselheiros. Decidiu-se num primeiro momento realizar um contrato emergencial, pois a partir do próximo
141 ano planeja-se elaborar um edital com a participação de diversas instituições de todo o Estado, já antevendo
142 a possível descentralização que levará as pessoas para mais perto das suas regiões. A Coordenadora
143 enalteceu a colaboração da **Vice-Presidente Roseli Tonello**, no trabalho de pesquisa e indicação de outras
144 entidades, adequando esse atendimento às normativas do SUAS. Essa Conselheira assumiu que estará
145 sempre ao dispor: por outro lado, lembrou que esse atendimento deverá também ser direcionado a crianças,
146 aprimorando os serviços, já que são atividades específicas difíceis de serem encontradas. • **Balancete do**
147 **FEAS – outubro 2012 –** (estabelecido na tela). • **Fonte 281 – Bolsa Família. • Recursos Financeiros**
148 **do IGD/SUAS R\$ 546.627,54** em conta. Pretende-se adquirir oito veículos destinados aos Escritórios
149 Regionais, para complementar os outros 15. • **Planilha dos recursos do DETRAN – Fonte 257. Saldo R\$**
150 **5.423.784,00.** Ao se pensar numa possível divulgação para as pessoas tomarem conhecimento da origem e
151 destinação desses recursos, a **Presidente Ana Maria Macedo** sugeriu levar a efeito uma campanha junto
152 ao Sindicato dos Despachantes bem como ofícios para as revendedoras de veículos. Talvez ainda algo mais
153 abrangente junto a televisões, rádios, outdoors, comunicando a ASCOM da SEDS. Já do **Conselheiro**
154 **Vanderlei Augusto da Silva** (Regional de Cascavel) veio a informação de que no interior imaginava-se que
155 qualquer recurso enviado aos Municípios irá para o Provopar, até os Detrans tem essa certeza. Assim, ao
156 saber hoje que o direcionamento são os Municípios, muda-se o foco. Esclareceu a **Presidente Ana Maria**,
157 informando que com relação ao PROVOPAR, não se deve ter o pé atrás:- o seu Regimento foi alterado e hoje
158 não é a esposa do Governador a responsável direta e sim uma pessoa da confiança da Secretária. Expressou
159 ainda que quando o atual Governo se instalou, a Secretária manteve as decisões tomadas pelo Governo
160 anterior. O próprio DETRAN poderá fazer esse esclarecimento aos seus subordinados nos municípios. Ao
161 receber todos esses esclarecimentos, o **Conselheiro Vanderlei** afirmou estar pronto para levar essas
162 questões para a sua Regional e Município. Reforçando, a **Conselheira Gladys**, baseou-se ser necessário
163 estabelecer estratégias para fazer essa divulgação pois não só as revendedoras deverão estar informadas,
164 mas também a população em geral. Já a **Coordenadora Mara Ferreira** (SEDS) sugeriu que a Assessoria de
165 Comunicação se faça presente na próxima reunião da Comissão, para ouvir os Conselheiros e na sequência ir
166 elaborando um pequeno projeto. Acompanhando a ideia, a **Conselheira Sandra Regina** (SETI) colocou ser
167 necessário ir mais além, pois as comunidades desconhecem que esses recursos oriundo das placas de carros

168 são depositados no Fundo. Constatando a veracidade do assunto, o **Conselheiro Artur** relatou que na região
169 oeste principalmente Cascavel e Foz do Iguaçu, o Provopar transformou-se em cabide de emprego para o
170 Gestor Municipal. Sabe-se também que 90% do orçamento da Assistência Social é do Provopar. Como
171 encaminhamento, a **Presidente Ana Maria** concluiu:- solicitar à ASCOM que providencie um esboço dessa
172 campanha, apresentando na primeira reunião de fevereiro/2013. Por outro lado, garantir junto ao Detran do
173 Paraná, que proceda uma informação clara, dirigida aos seus subordinados em todo o Estado. Já o
174 **Conselheiro Vanderley Augusto** sugeriu que a Presidência do Conselho participasse de reunião com as
175 Chefiadas do Detran, expondo o assunto em todos os seus detalhes, principalmente o objetivo final que tanto
176 beneficiará os CREAS e CRAS neste Estado. • **Proposta de aplicação dos recursos do IGD-SUAS- R\$**
177 **546.627,54 – a utilizar no pagamento de diárias, passagens, aquisição de veículos e**
178 **equipamentos – Aprovado por unanimidade. • Comissão de Documentação e Rede**
179 **Sociaassistencial** – Relatora:- Conselheira Roseli Tonello. RELATÓRIO: Item 3.1 - Orientação Conjunta
180 **com o CES sobre as casas de apoio de Londrina:** O representante da mesa diretora do Conselho de
181 Saúde e o representante da Secretaria de Saúde (Conselheira do CEAS) não compareceram à reunião, sendo
182 assim será pautada para a próxima reunião. Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. **Item**
183 **3.2 - Nota sobre inscrições das Comunidades Terapêuticas no CMAS:** A comissão realizou vasto
184 debate acerca do tema inclusive com a contribuição do integrante da Comissão de Direito e Dependência
185 Química da OAB – Dr. Diogo Busse, porém, realizará novo debate com o Coordenador da Política Antidrogas –
186 Dr. Peixoto e o responsável pelas comunidades terapêuticas no PR que serão convidados para a próxima
187 reunião do CEAS, mediante convite da Conselheira Eunícia validado pela Comissão. Solicitar-se-á que o Dr.
188 Peixoto apresente a Plenária os programas executados pela SEJU para essa temática. Parecer da Comissão:
189 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. **Item 3.3 - Minuta de orientação CEAS e CIB sobre a**
190 **orientação as Leis Municipais:** Quanto a elaboração de minuta de Lei Municipal da Assistência Social,
191 vamos aguardar sugestão do Município de Cascavel para auxiliar no trabalho. Solicitamos aos conselheiros
192 que nos municípios que estiverem com os trabalhos da Lei Municipal adiantados nos enviem para colaborar
193 com nosso trabalho. Lei de Criação do Conselho Municipal avançamos até o Art. 6º. Parecer da Comissão:
194 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. **Item 3.4 - Ofício 191/2012 ao CNAS:** Quanto a primeira
195 indagação feita, se há possibilidade de prorrogação da data para a inscrição, não há esta condição, porém
196 pode ser solicitada nova inscrição a qualquer tempo. O segundo questionamento, sobre a suspensão dos
197 repasses de convênios até que haja a conclusão do cadastramento/inscrição, a resposta do CNAS versa que
198 os municípios possuem autonomia para regular tais procedimentos em seu âmbito com base no edital de
199 chamamento público e no próprio instrumento jurídico firmado. O terceiro questionamento feito, se as
200 entidades que possuem CEBAS podem continuar recebendo recursos até o vencimento, no final de 2012, o
201 CNAS responde que a CEBAS não é condição necessária para recebimento de recursos dos municípios
202 conforme Parágrafo 4º do Art. 18 da Lei 12.101/2009. Encaminhar a nota técnica do CNAS aos CMAS e aos
203 Escritórios Regionais da SEDS para repasse aos gestores municipais da assistência social. Parecer da
204 Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. Em certo momento das discussões foi sugerido pela
205 **Conselheira Eunícia**, que fosse agendada numa mesma reunião, as presenças dos Coordenadores da
206 Política Anti-drogas e das Comunidades Terapêuticas, para dirimir algumas dúvidas. Ao mesmo tempo, o
207 **Conselheiro Vanderley** colocou ser importante conhecer os programas de atendimentos executados pela
208 SEJU, para conhecimento de todos. • **Comissão de Políticas Sociais** – Retator: Conselheiro Plínio

209 Madureira. **RELATÓRIO: Item 4.1 – Ofício nº 101 do Escritório Regional de Ponta Grossa sobre o**
210 **município de Ortigueira:** Diante do informe do Escritório Regional, percebeu-se a dificuldade de gestão
211 muito grande e que esta problemática não é apenas de Ortigueira. A Conselheira Gladys esteve em Foz do
212 Iguaçu e a problemática é a mesma, em que a remuneração é pequena para estimular a permanência do
213 profissional no município, sendo assim, a rotatividade dos profissionais é grande. Encaminhamentos: a)
214 solicitar ao CRESS que verifique as condições do trabalho dos profissionais de assistência social (salário, carga
215 horária, entre outros) que possam demonstrar a assistência social sendo bem desenvolvida nos municípios. b)
216 solicitar ao Ministério Público da Comarca, via Centro de Apoio, afim de que se verifique as pendências para
217 que sejam tomadas as providências cabíveis. c) solicitar do município do Plano Municipal de Assistência Social
218 2012/2013, o Plano de Providências metas CRAS. d) solicitar também dos Promotores da Comarca a
219 verificação da composição e funcionamento do CMAS de Ortigueira. Parecer da Comissão: APROVADO.
220 Parecer do CEAS: APROVADO. **Item 4.2 – Lista de Municípios para expansão 2013 do Programa**
221 **Família Paranaense:** Deliberação nº 061 de 05/10/2012 – CEAS – Critérios para 2013, Fonte 100 do
222 Programa Família Paranaense e o ranking dos 399 municípios do Programa Família Paranaense, e os
223 municípios terão que fazer a adesão da metodologia do programa. Em 2013 serão 130 e ainda terão recursos
224 para todos os municípios que aderirem , sendo hoje 230 mais 30 prioritários, num total de 260.
225 Encaminhamentos: que os Conselheiros regionais acompanhem a execução do Programa e provoquem as
226 instâncias de controle para seu exito, que sejam fortalecidos/criados os FOREAS regionais como fiscalizadores,
227 bem como o Ministério Público e o próprio usuário e conselhos municipais afins. Parecer da Comissão:
228 APROVADO. Parecer do CEAS: APROVADO. **Item 4.3 – Proposta de reordenamento dos Serviços de**
229 **Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** MDS 23/10/2012 – fortalecimento de vínculos, PETI,
230 Projovem; a técnica Gladys informou que no ano de 2013 haverá 6 meses para o aceite e verificou o cálculo
231 do financiamento e qual modalidade irá tipificar, aceitar o município e será feita nova forma de financiamento
232 que será feito por conta da faixa etária pactuada na CIT e no CNAS já está bem sólido a proposta, e verificou-
233 se se poderia ter uma proposta do Paraná para contribuir, e a SEDS solicitou contribuições para ser levada a
234 CIB e posteriormente à CIT. A CIT quer verificar os pisos que hoje são diferentes e agora os municípios
235 teriam autonomia que utilizaria o recurso no que necessita. O PETI teria um piso, o Projovem teria um piso e
236 agora elabora-se também um sistema único de ação visando as faixas etárias. Situações prioritárias, formas
237 elencadas para a execução dos recursos recebidos. Encaminhamentos: que os Conselheiros estudem o
238 documento e até o dia 12 de novembro enviem contribuições para encaminhamento. Parecer da Comissão:
239 APROVADO. Parecer do CEAS: aprovado. **Item 4.4 – Situação dos Planos de Providência Metas CRAS:**
240 Plano de Providências: 1º (2009/2010) – 111 municípios sem pendências dos 397, 30 sem relatório e sem
241 justificativa, 45 resolvidos, 27 não resolvidos porém justificados, apenas 1 pediu um prazo maior que foi
242 negado, 6 que faltaram o parecer técnico sem estabelecer se foi ou não cumprido. 2º Plano de Providências
243 (2010/2011) Metas CRAS PMAS – faltaram apenas 5 CRAS para encerrarem o preenchimento no Sistema
244 PMAS. Dezembro encerra-se o prazo. Parecer da Comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente. Inclusão de
245 pauta: Relatório: Funcionamento das instâncias municipais de Controle Social do Programa Bolsa Família – Sr.
246 Nircélio irá apresentar na próxima reunião. Considerando alguns aspectos mencionados, a **Vice-Presidente**
247 **Roseli Tonello** apontou que devido à mudança de gestão, haverá também a troca de 50% dos integrantes
248 dos CMAS, o que vem a fragilizar as suas ações. Ao mesmo tempo, sabe-se que existe uma preocupação
249 geral, no que se refere a alguns CRAS que não estão prestando o atendimento adequado visando economizar.

250 Como consequência da informação, a ouvinte **Maria Isabel**, representante do Ministério Público (Centro de
251 Apoio), assegurou ser possível contatar os Promotores das Comarcas, solicitando a sua intervenção no que se
252 refere às questões mais pontuais, tais como equipe mínima e prestação de serviços. Já referindo-se aos
253 problemas de gestão (baixos salários e contratações) será impossível interferir. Caso a plenária venha a
254 aprovar a sugestão, o Centro de Apoio através dos seus Coordenadores, poderá levar avante a citada
255 intervenção. Desde logo, a **Presidente Ana Maria Macedo** (SEDS) informou da chegada de diversas
256 denúncias, sobre profissionais nos municípios que estão sendo obrigados a tirar férias. Por outro lado, falsos
257 ofícios em nome do MDS estão sendo expedidos, comunicando que os CREAS deverão funcionar apenas em
258 ½ período. Além da CIB ser comunicada, a SEDS enviará ofício ao Procurador Geral do Ministério Público Dr.
259 Gilberto Giacóia, efetuando o comunicado oficial da referida questão. Reforçando, a **Conselheira Mariluz**
260 **Petry** apoiou o encaminhamento, afirmando que o momento é muito mais sério. A Associação dos Municípios
261 da sua região (42 municípios – Francisco Beltrão e Pato Branco), estão comunicando para os Prefeitos
262 reduzirem os custos e conseqüentemente as atividades. Diante do exposto, a **Conselheira Presidente**
263 avaliou que o horário de funcionamento dos equipamentos de Assistência Social está mencionado em todas as
264 normativas. Uma nota técnica já foi expedida e os Escritórios Regionais ao tomarem conhecimento do que
265 ocorre, poderão acionar o Ministério Público. Uma vez que a **Vice-Presidente Roseli** sugeriu que o Conselho
266 deverá deliberar e estender o comunicado a todos os municípios, a **Conselheira Presidente** assegurou que
267 através do Procurador Geral já acionado, todas as Comarcas do Estado estarão alertadas. Interferiu a
268 **Conselheira Cidinha** apontando que a exemplo de Francisco Beltrão, outras regiões estão nessa situação,
269 provando que ao contatar os Escritórios Regionais não se obteve o efeito desejado. Assim, sugeriu remeter ao
270 Ministério Público essas mesmas orientações para serem reforçadas. A urgência existe pois fala-se de um
271 serviço continuado que está descontinuado. Fundamentada no fato de que o Conselho não poderá interferir
272 nas medidas tomadas pelos Senhores Prefeitos, com a ação do Ministério Público a situação será resolvida e
273 as pessoas prestarão contas à Justiça. • **Tatiane – Programa Família Paranaense**. Foi distribuído um
274 material com um breve resumo dos critérios de priorização dos Municípios. Os Conselheiros Regionais deverão
275 acompanhar a execução do programa e provoquem as instâncias de controle. Voltando ao assunto já debatido
276 sobre o funcionamento dos CREAS, o **Conselheiro Vanderley** colocou que será muito difícil o Ministério
277 Público exercer o seu papel fiscalizatório nos municípios. Estabelecendo um equilíbrio, a **Presidente Ana**
278 **Maria Macedo** manifestou-se como cidadã, deixando de lado a sua dupla função no momento:- Presidente
279 do CEAS/PR e Assessoria Técnica da SEDS. Valorizando o papel da justiça, assegurou acreditar nela, que a
280 sua função é das mais relevantes, por isso a certeza de que cumprirá com o seu papel. Na sequência, a
281 **Conselheira e Coordenadora Gladys Tortatto (SEDS)** informou ter participado de reunião do MDS, em
282 Brasília. Nessa ocasião apresentou-se uma nova proposta de reordenamento, a ser implantada em janeiro.
283 Com um piso único e flexível, os municípios poderão escolher o seu tipo de atendimento. Próxima reunião do
284 CNAS:- dezembro/2012. Documento explicativo já foi apresentado na CIB e as possíveis sugestões deverão
285 chegar rapidamente (dia12), para seguirem como contribuições do Estado do Paraná. Visando esclarecer
286 melhor, a **Conselheira e técnica Marcela Evangelista** informou ter também participado da reunião do
287 CNAS onde foram apontadas algumas questões a serem incluídas na NOB que ainda não foi aprovada.
288 Enquanto essas discussões não forem concluídas, acredita-se que será retardado o fortalecimento de vínculos
289 esperado para iniciar em janeiro. Por conta disso, os Municípios terão uma demanda, já que os recursos
290 cairão numa só conta, com valores diferenciados, a serem por eles identificados para poderem executar.

291 Muitos Municípios não possuem CNPJ do Fundo, portanto continuarão recebendo através do CNPJ da
292 respectiva Prefeitura. Muitas outras orientações técnicas foram comentadas, bem como a data já programada
293 para a próxima reunião da CIT, que será 20/11. • **LOGOMARCAS – ASCOM/SEDS – Técnica Sílvia.** O
294 Conselho contou com a explanação da **designer Sílvia** que informou o almejo de desenvolver esse material,
295 possibilitando já a sua utilização na Conferência. As 3 novas propostas foram apresentadas por **Alexandre**
296 também integrante da Agência responsável pelo trabalho. Segundo ele, o grande desafio foi representar o
297 público-alvo do Conselho, mas também os profissionais que com ele atuam. Partindo do princípio de
298 mostrarem pessoas, utilizaram as cores **verde** (representando o indivíduo que precisa de apoio do CEAS) e o
299 **azul** (toda a rede de proteção que atua no Estado). Reportando-se às cores da Bandeira do Estado do
300 Paraná, o **verde** significa serenidade e saúde; o **azul**, segurança e responsabilidade. O **designer Alexandre**
301 ressaltou que sua colega **Sílvia** tentou focar numa marca mais austera, tal como responsabilidade do trabalho
302 dos Conselheiros. Foi enfatizado que essa marca poderá ser utilizada de diversas maneiras e em qualquer
303 situação. Na tela, foram apresentadas 3 formas dessa nova marca, com variações cromáticas. A 1ª delas
304 mostra mais indivíduos em azul ou seja um grande volume de pessoas trabalhando em prol do cidadão. A
305 tipografia foi mantida no padrão utilizado no Estado. Já a 2ª sugestão veio com o volume mais reduzido,
306 deixando mais claro o ícone. Foram colocados somente dois profissionais e um indivíduo. Estudando bastante
307 sobre a atuação do CEAS **Alexandre** disse ter tido o cuidado de representar essa ação da melhor forma
308 possível. Assim, a segunda aplicação é mais fácil do que as anteriores, mantendo as tonalidades. Na
309 sequência, a 3ª opção é uma marca mais solidária, com atuação mais direta com o indivíduo (um agente para
310 cada um). A **designer Sílvia** revelou ter avaliado a atuação do Conselho, como sendo uma ação bastante
311 árdua, com longas discussões e comprometimentos. As três sugestões são bastante semelhantes, variando o
312 número de personagens, mas seguindo a mesma linha. Após a escolha da marca definitiva, pretende-se
313 utilizá-la, já nos materiais da Conferência, para que as pessoas criem essa intimidade. Em harmonia, tudo
314 acontecerá **a partir** da marca do CEAS/PR. Com agradecimentos pelo empenho demonstrado, a **Presidente**
315 **Ana Maria** informou que tão logo os Conselheiros façam a sua escolha, a Agência será devidamente
316 informada. • **Intervalo para o almoço.** • **Reabertura dos trabalhos:** 13h30 minutos. • Justificativa da
317 ausência do **Conselheiro e Coordenador Nircélio Zobot**, convocado para representar a Sra. Secretária de
318 Estado Fernanda Richa, em evento realizado no litoral. • **Comissão de Revisão do Regimento Interno.**
319 Relator: - Conselheiro Plínio Madureira. RELATÓRIO: 1) - Ofício FOREAS: A comissão recebeu ofício do
320 FOREAS de Curitiba sobre o processo eleitoral da sociedade civil. A Comissão decide convidar 1 representante
321 de cada FOREAS para participação nas reuniões da Comissão para auxílio na revisão do Regimento Interno,
322 especificamente no que se refere ao processo de eleição da Sociedade Civil. Informar também, que as
323 sugestões poderão ser enviadas via e-mail ao CEAS/PR. Parecer da Plenária: Aprovado, com os seguintes
324 encaminhamentos: 1º) O processo eleitoral não sofrerá mudança caso a lei de criação do CEAS e o Regimento
325 Interno não estejam aprovados até a publicação do Regulamento da X Conferência Estadual. 2º) Consultar o
326 Núcleo Jurídico da Administração - NJA sobre a possibilidade de alteração do processo eleitoral durante o ano
327 de eleição da sociedade civil. 2) - Avaliação da Lei de Criação do CEAS. Foram realizados os ajustes da Lei
328 Estadual conforme indicações da última plenária. Parecer da Plenária: Aprovado os ajustes. O documento foi
329 exposto em tela, submetendo os artigos à apreciação dos Conselheiros, mediante as alterações sugeridas, a
330 exemplo. • **Art. 12** – até meios de comunicação (o resto foi suprimido – **Aprovado**). • **Art. 20** – redação
331 igual ao Decreto do FEAS – **Aprovado**. • **Art. 24** – substituir fazem por visem – **Aprovado**. • **Art. 26** –

332 acrescentar " situação de vulnerabilidade e risco social" – **Em votação o Art. 26:-** encerrar em "qualidade
333 de vida" – **Aprovado** com 1 abstenção (Conselheira Flávia). • **Art. 27 - " usuários e organizações de**
334 **usuários"**. Tendo em vista as diversas opiniões apresentadas, no que se refere a esses termos e seu
335 respectivo significado, foi proposto manter o texto como estava. Antes disso foi informado que a Resolução
336 24 do CNAS, de 16/02/2006, esclarece o o significado desses termos. • **Em votação – aprovado com 2**
337 **votos contrários (Conselheiras Delvana e Evandra).**Esse grupo de trabalho apresentou em tela nos
338 artigos 12-20-24-26, para apreciação dos Conselheiros. • **Em votação o Art. 26, com as alterações**
339 **apresentadas. • Aprovado, com 1 voto contrário e 1 abstenção (Conselheira Flávia).** Ainda que a
340 Lei de criação do CEAS/PR não contemple, já existe uma regulamentação. Opiniões foram surgindo no sentido
341 de importantes contribuições, a exemplo:- a Lei do CEAS/PR deve seguir a LOAS e não a NOB, que pode ser
342 alterada a qualquer momento e as eleições de Conselhos são regidas por regras próprias. Dando andamento
343 ao seu relato, o **Conselheiro Plínio** informou que os Conselheiros debateram muito na Comissão, abordando
344 a regionalização como é hoje executada pela Lei vigente. Como foi percebido que a proposta tinha muitas
345 pendências, contemplou-se com o número de 15 Conselheiros das regiões do Estado. Para que se possa ter
346 um Conselho adequado, foi levantada a questão de volume de entidades, o volume de pessoas atendidas, na
347 verdade, inúmeras questões a serem analisadas para conciliar uma nova modalidade de representação. Ainda
348 não existe uma proposta para a formalização da composição do Conselho, assim diante das dificuldades
349 encontradas, pretende-se solicitar a contribuição dos Fóruns Regionais para participar dessa Comissão
350 chegando a um denominador comum na revisão do Regimento Interno e eleições da Sociedade Civil,
351 processo esse considerado moroso. Foi lembrado pelo Núcleo Jurídico (Dra. Danielle Vieira), que o Regimento
352 Interno desse Conselho só poderá ser alterado após a publicação da Lei de criação desse Colegiado. Com
353 toda a prudência, a **Presidente Ana Maria Macedo** concluiu que se até o dia do chamamento da
354 Conferência não tiver sido aprovado e sancionada a Lei pelo Governador do Estado, por segurança é
355 necessário consultar o Núcleo Jurídico, confirmando se é possível mexer num processo eleitoral em ano de
356 eleição. Entre outros assuntos pontuados, a **Conselheira Mariluz** relatou que já está definido o tema da
357 Conferência Nacional: " **A Gestão e Financiamento na efetivação do SUAS**" . Segundo a **Conselheira**
358 **Daiana** é temerário liberar informações para os Municípios, sem ter já definido o que acontecerá nas
359 Regionais. Ao mesmo tempo foi lembrado pela **Vice-Presidente Roseli**, que um espaço importante deveria
360 ser reservado para discutir sobre critérios de partilha. Fundamentada, a **Conselheira Presidente Ana**
361 **Maria** considerou ser necessário primeiramente aguardar o retorno da SEDS, para se ter uma ideia do que foi
362 implementado a partir das deliberações da Conferência. Baseados nessa informação, serão acatadas as
363 demais sugestões. • **Preenchimento do CENSO.** Essa proposta de preenchimento foi apresentada aos
364 Conselheiros pela **Secretária Executiva Helena** e a medida que a leitura se processava,os Conselheiros
365 poderiam fazer suas contribuições. O conteúdo depois de apresentado e aprovado pelo Conselho, será
366 inserido no sistema. Na sequência, o **Conselheiro Vanderley** apresentou uma sugestão:- adquirir com os
367 recursos do IGD-SUAS (cerca de R\$ 36.000,00), computadores, notebook, TV, impressora e o que for
368 necessário, visando equipar o Conselho para o desenvolvimento das suas atividades. A Presidente
369 complementou, dizendo que na próxima reunião será possível ter um parâmetro dessas necessidades, para
370 depois o Conselho deliberar. Criando um entendimento, a técnica do Financeiro **Marcela Evangelista** veio a
371 esclarecer que em janeiro de 2013, não ocorrerão reuniões porém também não haverá orçamento. Aprovado
372 o conteúdo para preenchimento do Censo Conselhos 2012• **Alteração da data da Assembleia de**

373 **dezembro.** Foi recebido o comunicado da realização do **1º Encontro Nacional de Fóruns de Secretários**
 374 **de Estado,** que ocorrerá de 4 a 6 de dezembro/2012, em João Pessoa, na Paraíba. Tendo em vista a
 375 possibilidade do comparecimento de Conselheiros, sugeriu a proposta de ser alterada a data da próxima
 376 Assembleia. • **Propostas – 1ª)** manter a data atual – 6 e 7/12 – **8 votos.** • **Em votação – 2ª)** 17 e 18/12 –
 377 **4 votos. 3ª)** – 30/11 – **9 votos.** Aproveitou-se para justificar a ausência dos Conselheiros Arthur e Roseli, já
 378 com compromissos agendados. Após algumas considerações, constatou-se que caso houvesse essa alteração,
 379 contar-se-ia com menos 6 Conselheiros ausentes. Esse foi um forte motivo para se ter anulada a votação
 380 anterior, sendo mantida a data de **06 e 07 de dezembro** para a próxima plenária. • **Apreciação**
 381 **aprovação do calendário para 2013.**

04 e 05/02	06 e 07/06	03 e 04/10
07 e 08/03	04 e 05/07	07 e 08/11
04 e 05/04	1º e 02/08	05 e 06/12
09 e 10/05	05 e 06/09	

382 • **Aprovado o novo calendário.** • **1º Encontro Nacional do FONSEA e 1º Encontro Nacional de**
 383 **acompanhamento e apoio no âmbito do SUAS – João Pessoa – Paraíba, nos dias 4 a 6 de**
 384 **dezembro/2012.** O CNAS convidou um representante de cada CEAS e o plano de viagem terá de ser
 385 encaminhado até o dia 14 (passagens e diárias pelo Governo Federal). Restam ainda 3 vagas para a SEDS.
 386 **Indicações – Conselheiras Flávia, Adriana e Roseli.** • **Ponderações** – A Vice-Presidente Roseli já
 387 participou de outro evento, (sendo retirado o seu nome). A Conselheira Flávia não estará mais representando
 388 a região (o Núcleo Jurídico irá analisar). **Abstenção** dos Conselheiros Ana Maria e Plínio (10 votos a favor de
 389 se fazer um sorteio, entre os nomes das Conselheiras **Adriana e Flávia**). • **Resultado:-** Conselheira Adriana
 390 foi sorteada e fará parte do grupo de 4 representantes do CEAS/PR, no evento a ser realizado em João
 391 Pessoa – Paraíba. • **Relato da Comissão Intersectorial de Convivência Familiar – Relatora**
 392 **Conselheira Daiana.** • **Informes Gerais – Relato da Comissão Intersectorial de Convivência**
 393 **Familiar e Comunitária – Relatora:- Conselheira Daiana.** Uma reunião com esse grupo ocorreu em 31
 394 de outubro, quando o ponto primordial foi a divulgação do fortalecimento do direito à convivência familiar e
 395 comunitária. Nessa ocasião também se fez presente a Assessoria de Comunicação da SEDS, quando foram
 396 discutidos alguns objetivos:- a) – Manutenção e fortalecimento da família de origem. b) sensibilização da
 397 família de origem a qual está inserida. c) sensibilização para a adoção. Planeja-se desencadear uma ampla
 398 campanha através de outdoors, mídia e outros, com materiais a serem entregues aos Escritórios Regionais
 399 (janeiro). Outro ponto abordado foi a revisão do Plano Estadual, a ser apresentado na próxima plenária do
 400 CEAS, em dezembro. Próxima reunião agendada para 28/11. • **Programa Família Paranaense - Plano**
 401 **Estadual Relatora: - Tatiane.** Um breve relato foi feito sobre as várias etapas levadas a efeito e os
 402 Conselheiros receberam uma pasta contendo o Manual de instrução que detalha essas ações. Informou-se
 403 sobre uma web já disponível no site e outra específica sobre o AFAI. • **Segunda etapa da expansão 2012**
 404 **para residências inclusivas – Coordenadora da Proteção Social Especial/SEDS – Mara Ferreira.**
 405 **Municípios:** Curitiba – Foz do Iguaçu – Londrina – Maringá – Toledo. Já aderiram os Municípios de Ponta
 406 Grossa e Cascavel, podendo já pleitar mais residências. Os Conselheiros foram convidados para a realização
 407 de **Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil,** agendada para os dias 22 e 23/11 em
 408 Londrina e Curitiba nos primeiros dias de dezembro. Segundo Mara Ferreira, não terão vagas específicas para
 409 a Rede, porém os Conselheiros poderão participar. • **Relato sobre a Capacitação – Centros de**

410 **Juventude (Hotel defronte ao Teatro Guaíra, em 27 de novembro – Curitiba).** Segundo a
411 **Coordenadora Gladys** (SEDS), hoje apontam-se 15 Centros da Juventude em funcionamento, dos 29 em
412 construção. Nessa ocasião, vai ser discutida a metodologia a ser utilizada, com trocas de experiências das
413 unidades já em funcionamento. Na continuidade, a **Presidente Ana Maria** fez um agradecimento público
414 dirigido ao **Conselheiro Arthur dos Santos Andrade**, representante do Núcleo de Ação Solidária à AIDS-
415 NASA de Foz do Iguaçu, por ocasião da realização do Seminário de Erradicação do Trabalho Infantil, realizado
416 no último dia 6 naquela cidade fronteiriça. Na ocasião, o Conselheiro prontamente aceitou representar o CEAS
417 na mesa de abertura do citado evento. Abrindo um espaço, a **Conselheira Atáise Maronese (NUCRESS)**
418 procedeu um relato sobre a Reunião Ampliada do CNAS realizada em Vitória – ES, da qual participou. Com
419 cerca de 700 pessoas procedentes de vários estados brasileiros, o evento congregou gestores, Conselheiros,
420 usuários e trabalhadores do SUAS. Entre outros magnos palestrantes destacados para esse evento, destacou-
421 se a paranaense Denise Arruda Colin, hoje Secretária Nacional de Assistência Social, fazendo todo um
422 importante resgate dessa política, a partir da Constituição Federal. Segundo a Conselheira, a NOB foi
423 analisada minuciosamente, o texto já foi pactuado porém ainda haverá uma readequação de redação apesar
424 de que todas as Comissões do CNAS já tiveram o seu momento de discussão. Após uma exposição detalhada,
425 a **Conselheira Atáise** prontificou-se a elaborar um relatório baseado nas suas anotações e encaminhar para
426 os Conselheiros. Outros documentos encontram-se disponíveis no site do MDS. A **Conselheira Marcela**
427 **Evangelista** também presente no mesmo evento, complementou assegurando que a grande maioria dos
428 presentes era Conselheiros de todas as regiões do país. Pelo visto, o Estado do Paraná é considerado um dos
429 Estados mais avançados no desenvolver dessa Política. Ao mesmo tempo, percebeu-se uma grande
430 insatisfação por parte dos Conselhos Municipais, no que se refere à falta de transparência e de informações.
431 Por outro lado, percebeu-se que os Conselhos ignoram a função da Secretaria Executiva; chamou atenção o
432 fato de que somente o Parana encaminhou a pessoa responsável pelo Setor Financeiro da Secretaria e que
433 também atende os Conselheiros. A **Conselheira Mariluz Petry** também compunha o grupo paranaense que
434 se fez presente ao evento e destacou que o Paraná ao final do dia, contava com 28 pessoas participantes,
435 conseguindo colocar 4 componentes em cada oficina. Bastante comprometida, a Conselheira afirmou ter
436 acompanhado toda a reunião do CNAS, observando que o CEAS/PR encontra-se no caminho certo. Informou
437 que cada Comissão ficou responsável por 4 artigos da NOB, objetivando estudá-los. Também a **Conselheira**
438 **Atáise** deixou evidente, que o Estado do Paraná é muito bem visto lá fora! • **Planejamento de Reunião**
439 **Ampliada e Descentralizada para 2013.** • **Sugestão de futuras sedes:- Maringá, Londrina,**
440 **Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu.** Foi dito que o acesso à capital é fácil para todos. •
441 **LOGOMARCA DO CEAS/PR.** Ao final dessa plenária, os Conselheiros retomaram as discussões para a
442 escolha da logomarca do Conselho. Por consenso, o plenário definiu pela escolha da logo de nº 1
443 **(Aplausos).** **Encerramento:** A Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e demais convidados,
444 encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues
445 Costa (SEDS), digitada por Ana Paula Casagrande, formatada por Willian Binhara, sendo a Secretária
446 Executiva Helena Navarro Gimenez.